

# LEITURA COMPLEMENTAR

## **AULA 32**

### **ANTROPOLOGIA FILOSÓFICA**

SEXUALIDADE HUMANA

*CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA*

**(§ 355 - § 421)**

**(§ 2331 - § 2400)**

# CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA

## PRIMEIRA PARTE - A PROFISSÃO DA FÉ

### SEGUNDA SECÇÃO

#### *Parágrafos 6 e 7 do Capítulo Primeiro*

#### **(§ 355 - § 421)**

---

#### PARÁGRAFO 6

#### **O HOMEM**

**355.** «Deus criou o ser humano à sua imagem, criou-o à imagem de Deus. Ele o criou homem e mulher» (*Gn 1, 27*). O homem ocupa um lugar único na criação: é «à imagem de Deus» (I); na sua própria natureza, une o mundo espiritual e o mundo material (II); foi criado «homem e mulher» (III); Deus estabeleceu-o na sua amizade (IV).

#### **I. «A imagem de Deus»**

**356.** De todas as criaturas visíveis, só o homem é «capaz de conhecer e amar o seu Criador» (216); é a «única criatura sobre a terra que Deus quis por si mesma» (217); só ele é chamado a partilhar, pelo conhecimento e pelo amor, a vida de Deus. Com este fim foi criado, e tal é a razão fundamental da sua dignidade:

«Qual foi a razão de terdes elevado o homem a tão alta dignidade? Foi certamente o incomparável amor com que Vos contemplastes a Vós mesmo na vossa criatura e Vos enamorastes dela; porque foi por amor que a criastes, foi por amor que lhe destes um ser capaz de apreciar o vosso bem eterno» (218).

**357.** Porque é «à imagem de Deus», o indivíduo humano possui a dignidade de *pessoa*: ele não é somente alguma coisa, mas alguém. É capaz de se conhecer, de se possuir e de livremente se

dar e entrar em comunhão com outras pessoas. E é chamado, pela graça, a uma Aliança com o seu Criador, a dar-Lhe uma resposta de fé e amor que mais ninguém pode dar em seu lugar.

**358.** Deus tudo criou para o homem (219) mas o homem foi criado para servir e amar a Deus, e para Lhe oferecer toda a criação:

«Qual é, pois, o ser que vai chegar à existência rodeado de tal consideração? É o homem, grande e admirável figura vivente, mais precioso aos olhos de Deus que toda a criação; é o homem, para quem existem o céu e a terra e o mar e a totalidade da criação, e a cuja salvação Deus deu tanta importância, que, por ele, nem ao seu próprio Filho poupou. Porque Deus não desiste de tudo realizar, para fazer subir o homem até Si e fazê-lo sentar à sua direita» (220).

**359.** «Na realidade, só no mistério do Verbo Encarnado é que verdadeiramente se esclarece o mistério do homem» (221):

«São Paulo ensina-nos que dois homens estão na origem do género humano: Adão e Cristo. [...] O primeiro Adão, diz ele, foi criado como um ser humano que recebeu a vida; o segundo é um ser espiritual que dá a vida. O primeiro foi criado pelo segundo, de Quem recebeu a alma que o faz viver. [...] O segundo Adão gravou a sua imagem no primeiro, quando o modelou. Por isso, veio a assumir a sua função e o seu nome, para que não se perdesse aquele que fizera à sua imagem. Primeiro e último Adão: o primeiro teve princípio; o último não terá fim. Por isso é que o último é verdadeiramente o primeiro, como Ele mesmo diz: "Eu sou o Primeiro e o Último"» (222).

**360.** Graças à comunidade de origem, *o género humano forma uma unidade*. Deus «fez, a partir de um só homem todo o género humano para habitar sobre toda a face da terra» (Act 17, 26) (223):

«Maravilhosa visão, que nos faz contemplar o género humano na unidade da sua origem em Deus [...]; na unidade da sua natureza, em todos igualmente integrada

dum corpo material e duma alma espiritual; na unidade do seu fim imediato e da sua missão no mundo; na unidade da sua habitação, a terra, de cujos bens todos os homens, por direito natural, podem servir-se para sustentar e desenvolver a vida; na unidade do seu fim sobrenatural. Deus, para o Qual todos devem tender, na unidade dos meios para atingir este fim; [...] na unidade da Redenção, para todos levada a cabo por Cristo» (224).

**361.** «Esta lei de solidariedade humana e de caridade» (225), sem excluir a rica variedade das pessoas, das culturas e dos povos, assegura-nos que todos os homens são verdadeiramente irmãos.

## **II. «Corpore et anima unus» – Unidade de corpo e alma**

**362.** A pessoa humana, criada à imagem de Deus, é um ser ao mesmo tempo corporal e espiritual. A narrativa bíblica exprime esta realidade numa linguagem simbólica, quando afirma que «Deus formou o homem com o pó da terra, insuflou-lhe pelas narinas um sopro de vida, e o homem tornou-se num ser vivo» (*Gn 2, 7*). O homem, no seu ser total, foi, portanto, *querido* por Deus.

**363.** Muitas vezes, a palavra *alma* designa, nas Sagradas Escrituras, a *vida* humana (226), ou a *pessoa* humana no seu todo (227). Mas designa também o que há de mais íntimo no homem (228) e de maior valor na sua pessoa (229), aquilo que particularmente faz dele imagem de Deus: «alma» significa *o princípio espiritual* no homem.

**364.** O *corpo* do homem participa na dignidade da «imagem de Deus»: é corpo humano precisamente por ser animado pela alma espiritual, e a pessoa humana na sua totalidade é que é destinada a tornar-se, no Corpo (Místico) de Cristo, templo do Espírito (230):

«Corpo e alma, mas realmente uno, o homem, na sua condição corporal, reúne em si mesmo os elementos do mundo material, que assim nele encontram a sua consumação e nele podem louvar Livremente o seu Criador. Por isso, não é lícito ao

homem menosprezar a vida do corpo. Pelo contrário, deve estimar e respeitar o seu corpo, que foi criado por Deus e que há-de ressuscitar no último dia» (231).

**365.** A unidade da alma e do corpo é tão profunda que se deve considerar a alma como a «forma» do corpo (232); quer dizer, é graças à alma espiritual que o corpo, constituído de matéria, é um corpo humano e vivo. No homem, o espírito e a matéria não são duas naturezas unidas, mas a sua união forma uma única natureza.

**366.** A Igreja ensina que cada alma espiritual é criada por Deus de modo imediato (233) e não produzida pelos pais; e que é imortal (234), isto é, não morre quando, na morte, se separa do corpo; e que se unirá de novo ao corpo na ressurreição final.

**367.** Encontra-se às vezes uma distinção entre alma e espírito. São Paulo, por exemplo, ora para que «todo o nosso ser, o espírito, a alma e o corpo», seja guardado sem mancha até à vinda do Senhor (1 Ts 5, 23). A Igreja ensina que esta distinção não introduz uma dualidade na alma (235), «Espírito» significa que o homem é ordenado, desde a sua criação, para o seu fim sobrenatural (236), e que a alma é capaz de ser gratuitamente sobreelevada até à comunhão com Deus (237).

**368.** A tradição espiritual da Igreja insiste também no *coração*, no sentido bíblico de «fundo do ser» («nas entranhas»: Jr 31, 33) em que a pessoa se decide ou não por Deus (238).

### **III. «Homem e mulher os criou»**

#### **IGUALDADE E DIFERENÇA QUERIDAS POR DEUS**

**369.** O homem e a mulher foram *criados*, quer dizer, foram *queridos por Deus*: em perfeita igualdade enquanto pessoas humanas, por um lado; mas, por outro, no seu respectivo ser de homem e de mulher. «Ser homem», «ser mulher» é uma realidade boa e querida por Deus: o homem e a mulher têm uma dignidade inamissível e que lhes vem imediatamente de Deus, seu Criador (239). O homem e a mulher são, com uma mesma dignidade, «à imagem de Deus». No seu «ser homem» e no seu «ser mulher», reflectem a sabedoria e a bondade do Criador.

**370.** Deus não é, de modo algum; à imagem do homem. Não é nem homem nem mulher. Deus é puro espírito, no Qual não há lugar para a diferença de sexos. Mas as «perfeições» do homem e da mulher reflectem qualquer coisa da infinita perfeição de Deus: as duma mãe (240) e as dum pai e esposo (241).

«UM PARA O OUTRO» – «UMA UNIDADE A DOIS»

**371.** Criados *juntamente*, o homem e a mulher são, na vontade de Deus, um *para o* outro. A Palavra de Deus no-lo dá a entender em diversos passos do texto sagrado. «Não convém que o homem esteja só: vou fazer-lhe uma ajudante que se pareça com ele» (*Gn 2, 18*). Nenhum dos animais pode ser este «par» do homem (242). A mulher que Deus «molda» da costela tirada do homem e que apresenta ao homem, provoca da parte deste, uma exclamação admirativa, de amor e comunhão: «E osso dos meus ossos e carne da minha carne» (*Ga 2, 23*). O homem descobre a mulher como um outro «eu», da mesma humanidade.

**372.** O homem e a mulher são feitos «um para o outro»: não é que Deus os tenha feito «a meias» e «incompletos»; criou-os para uma comunhão de pessoas, em que cada um pode ser «ajuda» para o outro, uma vez que são, ao mesmo tempo, iguais enquanto pessoas («osso dos meus ossos») e complementares enquanto masculino e feminino (243). No matrimónio, Deus une-os de modo que, formando «uma só carne» (*Gn 2, 24*), possam transmitir a vida humana: «crescei e multiplicai-vos, enchei e dominai a terra» (*Gn 1, 28*). Transmitindo aos seus descendentes a vida humana, o homem e a mulher, como esposos e pais, cooperam de modo único na obra do Criador (244).

**373.** Segundo o desígnio de Deus, o homem e a mulher são vocacionados para «dominarem a terra» (245) como «administradores» de Deus. Esta soberania não deve ser uma dominação arbitrária e destruidora. A imagem do Criador, «que ama tudo o que existe» (*Sb 11, 24*), o homem e a mulher são chamados a participar na Providência divina em relação às outras criaturas. Daí a sua responsabilidade para com o mundo que Deus lhes confiou.

#### **IV. O homem no paraíso**

**374.** O primeiro homem não só foi criado bom, como também foi constituído num estado de amizade com o seu Criador, e de harmonia consigo mesmo e com a criação que o rodeava; amizade e harmonia tais, que só serão ultrapassadas pela glória da nova criação em Cristo.

**375.** A Igreja, interpretando de modo autêntico o simbolismo da linguagem bíblica à luz do Novo Testamento e da Tradição, ensina que os nossos primeiros pais, Adão e Eva, foram constituídos num estado de santidade e de justiça originais (246). Esta graça da santidade original era uma participação na vida divina (247).

**376.** Todas as dimensões da vida do homem eram fortalecidas pela irradiação desta graça. Enquanto permanecesse na intimidade divina, o homem não devia nem morrer (248), nem sofrer (249). A harmonia interior da pessoa humana, a harmonia entre o homem e a mulher (250), enfim, a harmonia entre o primeiro casal e toda a criação, constituía o estado dito «de justiça original».

**377.** O «domínio» do mundo, que Deus tinha concedido ao homem desde o princípio, realizava-se, antes de mais, no próprio homem como *domínio de si*. O homem era integrado e ordenado em todo o seu ser, porque livre da tríplice concupiscência (251), que o sujeita aos prazeres dos sentidos, à ambição dos bens terrenos e à afirmação de si contra os imperativos da razão.

**378.** Sinal da familiaridade com Deus é o facto de Deus o colocar no jardim (252). Ali vive «a fim de o cultivar e guardar» (*Gn 2, 15*): o trabalho não é um castigo (253), mas a colaboração do homem e da mulher com Deus no aperfeiçoamento da criação visível.

**379.** Toda esta harmonia da justiça original, prevista para o homem pelo plano de Deus, será perdida pelo pecado dos nossos primeiros pais.

## **Resumindo:**

**380.** *«Formastes o homem à vossa imagem e lhe confiastes o Universo, para que, servindo-Vos unicamente a Vós, seu Criador; exercesse domínio sobre todas as criaturas» (254).*

**381.** *O homem foi predestinado para reproduzir a imagem do Filho de Deus feito homem –«imagem do Deus invisível» (Cl 1, 15) –, para que Cristo seja o primogénito duma multidão de irmãos e irmãs (255).*

**382.** *O homem é «uma unidade de corpo e alma» (256). A doutrina da fé afirma que a alma espiritual e imortal foi criada imediatamente por Deus.*

**383.** *«Deus não criou o homem solitário: desde a origem "criou-os homem e mulher" (Gn 1, 27); a sociedade dos dois realiza a primeira forma de comunhão entre pessoas» (257).*

**384.** *A Revelação dá-nos a conhecer o estado de santidade e justiça originais do homem e da mulher, antes do pecado: da amizade de ambos com Deus derivava a felicidade da sua existência no paraíso.*

## PARÁGRAFO 7

### **A QUEDA**

**385.** Deus é infinitamente bom e todas as suas obras são boas. No entanto, ninguém escapa à experiência do sofrimento, dos males da natureza – que aparecem como ligados aos limites próprios das criaturas –, e sobretudo à questão do mal moral. Onde vem o mal? «Quaerebam unde malum et non erat exitus – Procurava a origem do mal e não encontrava solução», diz Santo Agostinho (258). A sua própria busca dolorosa só encontrará saída na conversão ao Deus vivo. Porque «o mistério da iniquidade» (2 Ts 2, 7) só se esclarece à luz do «mistério da piedade» (259). A revelação do amor divino em Cristo manifestou, ao mesmo tempo, a extensão do mal e a superabundância da graça (260). Devemos, portanto, abordar a questão da origem do mal, fixando o olhar da nossa fé n'Aquele que é o seu único vencedor (261).

## I. «Onde abundou o pecado, sobreabundou a graça»

### A REALIDADE DO PECADO

**386.** O pecado está presente na história do homem. Seria vão tentar ignorá-lo ou dar outros nomes a esta obscura realidade. Para tentar compreender o que é o pecado, temos primeiro de reconhecer o *laço profundo que une o homem a Deus*, porque, fora desta relação, o mal do pecado não é desmascarado na sua verdadeira identidade de recusa e oposição a Deus, embora continue a pesar na vida do homem e na história.

**387.** A realidade do pecado e, dum modo particular, a do pecado das origens, só se esclarece à luz da Revelação divina. Sem o conhecimento que esta nos dá de Deus, não se pode reconhecer claramente o pecado, e somos tentados a explicá-lo unicamente como falta de maturidade, fraqueza psicológica, erro, consequência necessária duma estrutura social inadequada, etc. Só no conhecimento do desígnio de Deus sobre o homem é que se compreende que o pecado é um abuso da liberdade que Deus dá às pessoas criadas para que possam amá-Lo e amarem-se mutuamente.

### O PECADO ORIGINAL – UMA VERDADE FUNDAMENTAL DA FÉ

**388.** Com o progresso da Revelação, vai-se esclarecendo também a realidade do pecado. Embora o povo de Deus do Antigo Testamento tenha abordado a dor da condição humana à luz da história da queda narrada no Génesis, não podia atingir o significado último dessa história, o qual só se manifesta à luz da Morte e Ressurreição de Jesus Cristo (262). É preciso conhecer Cristo como fonte da graça para reconhecer Adão como fonte do pecado. Foi o Espírito Paráclito, enviado por Cristo ressuscitado, que veio «confundir o mundo em matéria de pecado» (Jo 16, 8), revelando Aquele que é o seu redentor.

**389.** A doutrina do pecado original é, por assim dizer, «o reverso» da Boa-Nova de que Jesus é o Salvador de todos os homens, de que todos têm necessidade da salvação e de que a salvação é oferecida a todos, graças a Cristo. A Igreja, que tem o sentido de Cristo (263), sabe bem que não pode tocar-se na revelação do pecado original sem atentar contra o mistério de Cristo.

## PARA LER A NARRATIVA DA QUEDA

**390.** A narrativa da queda (*Gn 3*) utiliza uma linguagem feita de imagens, mas afirma um acontecimento primordial, um facto que teve lugar *no princípio da história do homem* (264). A Revelação dá-nos uma certeza de fé de que toda a história humana está marcada pela falta original, livremente cometida pelos nossos primeiros pais (265).

### II. A queda dos anjos

**391.** Por detrás da opção de desobediência dos nossos primeiros pais, há uma voz sedutora, oposta a Deus (266), a qual, por inveja, os faz cair na morte (267). A Escritura e a Tradição da Igreja vêem neste ser um anjo decaído, chamado Satanás ou Diabo (268). Segundo o ensinamento da Igreja, ele foi primeiro um anjo bom, criado por Deus. «*Diabolus enim et alii daemones a Deo quidem natura creati sunt boni, sed ipsi per se facti sunt mali* – De facto, o Diabo e os outros demónios foram por Deus criados naturalmente bons; mas eles, por si, é que se fizeram maus» (269).

**392.** A Escritura fala dum *pecado* destes anjos (270). A *queda* consiste na livre opção destes espíritos criados, que radical e irrevogavelmente *recusaram* Deus e o seu Reino. Encontramos um reflexo desta rebelião nas palavras do tentador aos nossos primeiros pais: «Sereis como Deus» (*Gn 3, 5*). O Diabo é «pecador desde o princípio» (*1 Jo 3, 8*), «pai da mentira» (*Jo 8, 44*).

**393.** É o carácter *irrevogável* da sua opção, e não uma falha da infinita misericórdia de Deus, que faz com que o pecado dos anjos não possa ser perdoado. «Não há arrependimento para eles depois da queda, tal como não há arrependimento para os homens depois da morte» (271).

**394.** A Escritura atesta a influência nefasta daquele que Jesus chama «o assassino desde o princípio» (*Jo 8, 44*), e que chegou ao ponto de tentar desviar Jesus da missão recebida do Pai (272). «Foi para destruir as obras do Diabo que apareceu o Filho de Deus» (*1 Jo 3, 8*). Dessas obras, a mais grave em consequências foi a mentirosa sedução que induziu o homem a desobedecer a Deus.

**395.** No entanto, o poder de Satanás não é infinito. Satanás é uma simples criatura, poderosa pelo facto de ser puro espírito, mas, de qualquer modo, criatura: impotente para impedir a edificação do Reino de Deus. Embora Satanás exerça no mundo a sua acção, por ódio contra Deus e o seu reinado em Jesus Cristo, e embora a sua acção cause graves prejuízos – de natureza espiritual e indirectamente, também, de natureza física – a cada homem e à sociedade, essa acção é permitida pela divina Providência, que com força e suavidade dirige a história do homem e do mundo. A permissão divina da actividade diabólica é um grande mistério. Mas «nós sabemos que tudo concorre para o bem daqueles que amam a Deus» (*Rm 8, 28*).

### **III. O pecado original**

#### A PROVA DA LIBERDADE

**396.** Deus criou o homem «à sua imagem» e constituiu-o na sua amizade. Criatura espiritual, o homem só pode viver esta amizade na modalidade da livre submissão a Deus. É isso o que exprime a proibição feita ao homem de comer da árvore do conhecimento do bem e do mal, «pois no dia em que o comeres, morrerás» (*Gn 2, 17*). A «árvore de conhecer o bem e o mal» (*Gn 2, 17*) evoca simbolicamente o limite intransponível que o homem, como criatura, deve livremente reconhecer e confiadamente respeitar. O homem depende do Criador. Está sujeito às leis da criação e às normas morais que regulam o exercício da liberdade.

#### O PRIMEIRO PECADO DO HOMEM

**397.** Tentado pelo Diabo, o homem deixou morrer no coração a confiança no seu Criador (273). Abusando da liberdade, *desobedeceu* ao mandamento de Deus. Nisso consistiu o primeiro pecado do homem (274). Daí em diante, todo o pecado será uma desobediência a Deus e uma falta de confiança na sua bondade.

**398.** Neste pecado, o homem preferiu-se a si próprio a Deus, e por isso desprezou Deus: optou por si próprio contra Deus, contra as exigências da sua condição de criatura e, daí, contra o seu próprio bem. Constituído num estado de santidade, o homem estava destinado a ser

plenamente «divinizado» por Deus na glória. Pela sedução do Diabo, quis «ser como Deus»(275), mas «sem Deus, em vez de Deus, e não segundo Deus» (276).

**399.** A Escritura refere as consequências dramáticas desta primeira desobediência: Adão e Eva perdem imediatamente a graça da santidade original (277). Têm medo daquele Deus (278) de quem se fizeram uma falsa imagem: a dum Deus ciumento das suas prerrogativas (279).

**400.** A harmonia em que viviam, graças à justiça original, ficou destruída; o domínio das faculdades espirituais da alma sobre o corpo foi quebrado (280); a união do homem e da mulher ficou sujeita a tensões (281); as suas relações serão marcadas pela avidez e pelo domínio (282). A harmonia com a criação desfez-se: a criação visível tornou-se, para o homem, estranha e hostil (283). Por causa do homem, a criação ficou sujeita «à servidão da corrupção» (284). Enfim, vai concretizar-se a consequência explicitamente anunciada para o caso da desobediência (285): o homem «voltará ao pó de que foi formado» (286). *A morte faz a sua entrada na história da humanidade* (287).

**401.** A partir deste primeiro pecado, uma verdadeira «invasão» de pecado inunda o mundo: o fratricídio cometido por Caim na pessoa de Abel (288); a corrupção universal como consequência do pecado (289). Na história de Israel, o pecado manifesta-se com frequência, sobretudo como uma infidelidade ao Deus da Aliança e como transgressão da lei de Moisés. Mesmo depois da redenção de Cristo, o pecado manifesta-se de muitas maneiras entre os cristãos (290). A Sagrada Escritura e a Tradição da Igreja não se cansam de lembrar a presença e *a universalidade do pecado na história* do homem.

«O que a Revelação divina nos dá a conhecer, concorda com os dados da experiência. Quando o homem olha para dentro do seu próprio coração, descobre-se inclinado também para o mal, e imerso em muitos males, que não podem provir do seu Criador, que é bom. Muitas vezes, recusando reconhecer Deus como seu princípio, o homem perturbou, por isso mesmo, a sua ordenação para o fim último e, ao mesmo tempo, toda a harmonia consigo próprio, com os outros homens e com toda a criação» (291).

## CONSEQUÊNCIAS DO PECADO DE ADÃO PARA A HUMANIDADE

**402.** Todos os homens estão implicados no pecado de Adão. É São Paulo quem o afirma: «pela desobediência de um só homem, muitos [quer dizer, a totalidade dos homens] se tornaram pecadores» (*Rm* 5, 19): «Assim como por um só homem entrou o pecado no mundo, e pelo pecado a morte, assim também a morte atingiu todos os homens, porque todos pecaram» (*Rm* 5, 12). A universalidade do pecado e da morte, o Apóstolo opõe a universalidade da salvação em Cristo: «Assim como, pelo pecado de um só, veio para todos os homens a condenação, assim também, pela obra de justiça de um só [Cristo], virá para todos a justificação que dá a vida» (*Rm* 5, 18).

**403.** Depois de São Paulo, a Igreja sempre ensinou que a imensa miséria que oprime os homens, e a sua inclinação para o mal e para a morte não se compreendem sem a ligação com o pecado de Adão e o facto de ele nos ter transmitido um pecado de que todos nascemos infectados e que é «morte da alma» (292). A partir desta certeza de fé, a Igreja confere o Baptismo para a remissão dos pecados, mesmo às crianças que não cometeram qualquer pecado pessoal (293).

**404.** Como é que o pecado de Adão se tornou o pecado de todos os seus descendentes? Todo o género humano é, em Adão, «*sicut unum corpus unius hominis* – como um só corpo dum único homem» (294). Em virtude desta «unidade do género humano», todos os homens estão implicados no pecado de Adão, do mesmo modo que todos estão implicados na justificação de Cristo. Todavia, a transmissão do pecado original é um mistério que nós não podemos compreender plenamente. Mas sabemos, pela Revelação, que Adão tinha recebido a santidade e a justiça originais, não só para si, mas para toda a natureza humana; consentindo na tentação, Adão e Eva cometeram um *pecado pessoal*, mas este pecado afecta a *natureza humana* que eles vão transmitir *num estado decaído* (295). É um pecado que vai ser transmitido a toda a humanidade por propagação, quer dizer, pela transmissão duma natureza humana privada da santidade e justiça originais. E é por isso que o pecado original se chama «pecado» por analogia: é um pecado «contraído» e não «cometido»; um estado, não um acto.

**405.** Embora próprio de cada um (296), o pecado original não tem, em qualquer descendente de Adão, carácter de falta pessoal. É a privação da santidade e justiça originais, mas a natureza humana não se encontra totalmente corrompida: está ferida nas suas próprias forças naturais, sujeita à ignorância, ao sofrimento e ao império da morte, e inclinada ao pecado (inclinação para o mal, que se chama *concupiscência*). O Baptismo, ao conferir a vida da graça de Cristo, apaga o pecado original e reorienta o homem para Deus, mas as consequências para a natureza, enfraquecida e inclinada para o mal, persistem no homem e convidam-no ao combate espiritual.

**406.** A doutrina da Igreja sobre a transmissão do pecado original foi definida sobretudo no século V, particularmente sob o impulso da reflexão de Santo Agostinho contra o pelagianismo, e no século XVI, por oposição à Reforma protestante. Pelágio sustentava que o homem podia, pela força natural da sua vontade livre, sem a ajuda necessária da graça de Deus, levar uma vida moralmente boa; reduzia a influência do pecado de Adão à de um simples mau exemplo. Os primeiros reformadores protestantes, pelo contrário, ensinavam que o homem estava radicalmente pervertido e a sua liberdade anulada pelo pecado das origens: identificavam o pecado herdado por cada homem com a tendência para o mal («concupiscência»), a qual seria invencível. A Igreja pronunciou-se especialmente sobre o sentido do dado revelado, quanto ao pecado original, no segundo Concílio de Orange em 529 (297) e no Concílio de Trento em 1546 (298).

#### UM DURO COMBATE

**407.** A doutrina sobre o pecado original – ligada à da redenção por Cristo – proporciona uma visão de lúcido discernimento sobre a situação do homem e da sua acção neste mundo. Pelo pecado dos primeiros pais, o Diabo adquiriu um certo domínio sobre o homem, embora este permanecesse livre. O pecado original traz consigo «a escravidão, sob o poder daquele que possuía o império da morte, isto é, do Diabo» (299). Ignorar que o homem tem uma natureza ferida, inclinada para o mal, dá lugar a graves erros no domínio da educação, da política, da acção social (300) e dos costumes.

**408.** As consequências do pecado original e de todos os pecados pessoais dos homens dão ao mundo, no seu conjunto, uma condição pecadora, que pode ser designada pela expressão de São João «o pecado do mundo» (*Jo 1, 29*). Esta expressão significa também a influência negativa que as situações comunitárias e as estruturas sociais, que são o fruto dos pecados dos homens, exercem sobre as pessoas (301).

**409.** Esta dramática situação do mundo, que «está todo sob o poder do Maligno» (*1 Jo 5, 19*) (302), transforma a vida do homem num combate:

«Um duro combate contra os poderes das trevas atravessa toda a história dos homens. Tendo começado nas origens, há-de durar – o Senhor no-lo disse – até ao último dia. Empenhado nesta batalha, o homem vê-se na necessidade de lutar sem descanso para aderir ao bem. Só através de grandes esforços é que, com a graça de Deus, consegue realizar a sua unidade interior» (303).

#### **IV. «Vós não o abandonastes ao poder da morte»**

**410.** Depois da queda, o homem não foi abandonado por Deus. Pelo contrário, Deus chamou-o (304) e anunciou-lhe, de modo misterioso, que venceria o mal e se levantaria da queda (305). Esta passagem do Génesis tem sido chamada «Proto-Evangelho» por ser o primeiro anúncio do Messias redentor, do combate entre a Serpente e a Mulher, e da vitória final dum descendente desta.

**411.** A Tradição cristã vê nesta passagem um anúncio do «novo Adão» (306) que, pela sua «obediência até à morte de cruz» (*Fl 2, 8*), repara super-abundantemente a desobediência de Adão (307). Por outro lado, muitos santos Padres e Doutores da Igreja vêem na mulher, anunciada no proto-Evangelho, a Mãe de Cristo, Maria, como «nova Eva». Ela foi a primeira a beneficiar, dum modo único, da vitória sobre o pecado alcançada por Cristo: foi preservada de toda a mancha do pecado original (308) e, durante toda a sua vida terrena, por uma graça especial de Deus, não cometeu qualquer espécie de pecado (309).

**412.** *Mas porque é que Deus não impediu o primeiro homem de pecar? São Leão Magno responde: «A graça inefável de Cristo deu-nos bens superiores aos que a inveja do demónio nos tinha tirado» (310). E São Tomás de Aquino: «Nada se opõe a que a natureza humana tenha sido destinada a um fim mais alto depois do pecado. Efectivamente, Deus permite que os males aconteçam para deles tirar um bem maior. Daí a palavra de São Paulo: "onde abundou o pecado, superabundou a graça" (Rm 5, 20). Por isso, na bênção do círio pascal canta-se: "Ó feliz culpa, que mereceu tal e tão grande Redentor!"» (311).*

**Resumindo:**

**413.** *«Não foi Deus quem fez a morte, nem Ele se alegra por os vivos se perderem [...]. A morte entrou no mundo pela inveja do Diabo» (Sb 1, 13; 2, 24).*

**414.** *Satanás ou Diabo e os outros demónios são anjos decaídos por terem livremente recusado servir a Deus e ao seu desígnio. A sua opção contra Deus é definitiva. E eles tentam associar o homem à sua revolta contra Deus.*

**415.** *«Estabelecido por Deus num estado de santidade, o homem, seduzido pelo Maligno desde o princípio da história, abusou da sua liberdade, levantando-se contra Deus e pretendendo atingir o seu fim fora de Deus» (312).*

**416.** *Pelo seu pecado, Adão, como primeiro homem, perdeu a santidade e a justiça originais que tinha recebido de Deus, não somente para si, mas para todos os seres humanos.*

**417.** *À sua descendência, Adão e Eva transmitiram a natureza humana ferida pelo seu primeiro pecado, portanto privada da santidade e da justiça originais. Esta privação é chamada «pecado original».*

**418.** *Como consequência do pecado original, a natureza humana ficou enfraquecida nas suas forças e sujeita à ignorância, ao sofrimento e ao domínio da morte, e inclinada para o pecado – inclinação que se chama «concupiscência».*

**419.** «Afirmamos, pois, com o Concílio de Trento, que o pecado original é transmitido com a natureza humana, "não por imitação, mas por propagação", e que, assim, é "próprio de cada um"»(313).

**420.** A vitória alcançada por Cristo sobre o pecado trouxe-nos bens superiores àqueles que o pecado nos tinha tirado: «Onde abundou o pecado, superabundou a graça» (Rm 5, 20).

**421.** «Segundo a fé dos cristãos, este mundo foi criado e continua a ser conservado pelo amor do Criador; é verdade que caiu sob a escravidão do pecado, mas Cristo, pela Cruz e Ressurreição, venceu o poder do Maligno e libertou-o...» (314).

---

## Notas

216. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 12: AAS 58 (1966) 1034.
217. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 24: AAS 58 (1966) 1045.
218. Santa Catarina de Sena, *Il dialogo della Divina Provvidenza*, 13: ed. G. Cavallini (Roma 1995) p. 43.
219. Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 12: AAS 58 (1966) 1034: *Ibid.* 24: AAS 58 (1966) 1045; *Ibid.* 39: AAS 58 (1966) 1056-1057.
220. São João Crisóstomo, *Sermones in Genesim*, 2, 1: PG 54, 587D-588A.
221. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 22: AAS 58 (1966) 1042.
222. São Pedro Crisólogo, *Sermones* 117, 1-2: CCL 24A, 709 (PL 52, 520) [2ª leit. do Ofício de Leituras de Sábado da XXIX Semana do Tempo Comum: *Liturgia das Horas* (Gráfica de Coimbra 1983), v. 4, p. 440].
223. Cf. *Tb* 8, 6.
224. Pio XII, Enc. *Summi Pontificatus*: AAS 31 (1939) 427: II Concílio Vaticano, Decl. *Nostra aetate*, 1: AAS 58 (1966) 740.
225. Pio XII. Enc. *Summi Pontificatus*: AAS 31 (1939) 426.
226. Cf. *Mt* 16, 25-26; *Jo* 15. 13

227. Cf. *Act* 2, 41.
228. Cf. *Mt* 26, 38; *Jo* 12, 27.
229. Cf. *Mt* 10, 28; *2 Mac* 6, 30.
230. Cf. *1 Cor* 6, 19-20; 15, 44-45.
231. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 14: AAS 58 (1966) 1035.
232. Cf. Concílio de Viena (ano 1312), Const. «*Fidei catholicae*»: DS 902.
233. Cf. Pio XII, Enc. *Humani generis* (ano 1950): DS 3896; Paulo VI, *Sollemnis Professio fidei*, 8: AAS 60 (1968) 436.
234. Cf. V Concílio de Latrão (ano 1513), Bulla *Apostolici regiminis*: DS 1440.
235. IV Concílio de Constantinopla (ano 870), canon 11: DS 657.
236. Cf. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Dei Filius*, c. 2: DS 3005; II Concílio Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 22: AAS 58 (1966) 1042-1043.
237. Cf. Pio XII, Enc. *Humani generis* (ano 1950): DS 3891.
238. Cf. *Dt* 6, 5; 29, 3; *Is* 29, 13; *Ez* 36, 26; *Mt* 6, 21; *Lc* 8, 15; *Rm* 5, 5.
239. Cf. *Gn* 2, 7.22.
240. Cf. *Is* 49, 14-15; 66, 13; *Sl* 131, 2-3.
241. Cf. *Os* 11, 1-4; *Jr* 3, 4-19.
242. Cf. *Gn* 2, 19-20.
243. Cf. João Paulo II, Ep. ap. *Mulieris dignitatem*, 7: AAS 80 (1988) 1664-1665.
244. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 50: AAS 58 (1966) 1070-1071.
245. Cf. *Gn* 1, 28.
246. Cf. Concílio de Trento, Sess. 5.º. *Decretum de peccato originali*, canon 1: DS 1511.
247. Cf. I Concílio do Vaticano, Const. dogm. *Lumen Gentium*, 2: AAS 57 (1965) 5-6.
248. Cf. *Gn* 2, 17; 3, 19.
249. Cf. *Gn* 3, 16.
250. Cf. *Gn* 2, 25.
251. Cf. *1 Jo* 2, 16.
252. Cf. *Gn* 2, 8.

253. Cf. *Gn* 3, 17-19.
254. *Oração eucarística IV* 118: *Missale Romanum*, editio typica (Typis Polyglottis Vaticanis 1970), p. 467 [*Missal Romano*. Gráfica de Coimbra 1992. 538].
255. Cf. *Ef* 1, 3-6: *Rm* 8, 29.
256. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 14: AAS 58 (1966) 1035.
257. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 12: AAS 58 (1966) 1034.
258. Santo Agostinho, *Confissões* 7, 7. 11: CCL 27. 99 (PL 32, 739).
259. Cf. *1 Tm* 3, 16.
260. Cf. *Rm* 5, 20.
261. Cf. *Lc* 11, 21-22: *Jo* 16, 11; *1 Jo* 3, 8.
262. Cf. *Rm* 5, 12-21.
263. Cf. *1 Cor* 2, 16.
264. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 13: AAS 58 (1966) 1034-1035.
265. Cf. Concílio de Trento, Sess. 5.<sup>a</sup>, *Decretum de peccato originali*, canon 3: DS1513: Pio XII, Enc. *Humani generis*: DS 3897: Paulo VI, *Alocução aos participantes no «simpósio» teológico sobre o pecado original* (11 de Julho de 1966): AAS 58 (1966) 649-655.
266. Cf. *Gn* 3, 1-5.
267. Cf. *Sb* 2, 24.
268. Cf. *Jo* 8, 44; *Ap* 12, 9.
269. IV Concílio de Latrão (ano 1215), Cap. 1, *De fide catholica*: DS 800.
270. Cf. *2 Pe* 2,4.
271. São João Damasceno, *Expositio fidei* [*De fide orthodoxa* 2, 4]: PTS 12, 50 (PG 94, 877).
272. Cf. *Mt* 4, 1-11.
273. Cf. *Gn* 3, 1-11.
274. Cf. *Rm* 5, 19.
275. Cf. *Gn* 3, 5.

276. São Máximo o Confessor, *Ambiguorum liber*: PG 91, 1156.
277. Cf. *Rm* 3, 23.
278. Cf. *Gn* 3, 9-10.
279. Cf. *Gn* 3, 5.
280. Cf. *Gn* 3, 7.
281. Cf. *Gn* 3, 11-13.
282. Cf. *Gn* 3, 16.
283. Cf. *Gn* 3, 17.19.
284. Cf. *Rm* 8, 20.
285. Cf. *Gn* 2, 17.
286. Cf. *Gn* 3, 19.
287. Cf. *Rm* 5, 12.
288. Cf. *Gn* 4, 3-15.
289. Cf. *Gn* 6, 5.12; *Rm* 1, 18-32.
290. Cf. *1 Cor* 1-6; *Ap* 2-3.
291. I Concílio do Vaticano, Const. *past. Gaudium et spes*, 13: AAS 58 (1966) 1035.
292. Concílio de Trento, Sess.5.<sup>a</sup>, *Decretum de peccato originali*, canon 2: DS 1512.
293. Concílio de Trento, Sess. 5.<sup>a</sup>, *Decretum de peccato originali*, canon 4: DS 1514.
294. São Tomás de Aquino, *Quaestiones disputatae de malo*, 4. 1, c.: Ed. Leon. 23, 105.
295. Concílio de Trento, Sess. 5.<sup>a</sup>, *Decretum de peccato originali*, canon 1-2: DS 1511-1512.
296. Concílio de Trento, Sess. 5.<sup>a</sup>, *Decretum de peccato originali*, canon 3: DS 1513.
297. Concílio de Orange, Canones 1-2: DS 371-372.
298. Concílio de Trento, Sess. *Decretum de peccato originali*, DS 1510-1516.
299. Concílio de Trento, Sess. *Decretum de peccato originali*, canon I: DS 1511; cf. *Heb* 2, 14.
300. Cf. João Paulo II, Enc. *Centesimus annus*, 25: AAS 83 (1991) 823-824.
301. Cf. João Paulo II, Ex. ap. *Reconciliatio et paenitentia*, 16: AAS 77 (1985) 213-217.
302. Cf. *1 Pe* 5,8.

303. II Concílio do Vaticano. Const. past. *Gaudium et spes*, 37: AAS 58 (1966) 1055.
304. Cf. *Gn* 3, 9.
305. Cf. *Gn* 3, 15.
306. Cf. 1 *Cor* 15, 21-22.45.
307. Cf. *Rm* 5, 19-20.
308. Cf. Pio IX. Bulla *Ineffabilis Deus*: DS 2803.
309. Cf. Concílio de Trento, Sess. 6ª., *Decretum de iustificatione*, canon 23: DS 1573.
310. São Leão Magno, *Sermo* 73. 4: CCL 88A. 453 (PL 54. 151).
311. São Tomás de Aquino, *Summa theologiae*. 3, q. 1, a. 3. ad 3: Ed. Leon. 11, 14: as palavras aqui citadas por São Tomás cantam-se no Precónio pascal «Exsultet».
312. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 13: AAS 58 (1966) 1034-1035.
313. Paulo VI, *Sollemnis Professio fidei*, 16: AAS 60 (1968) 439.
314. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 2: AAS 58 (1966) 1026.

# CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA

## PRIMEIRA PARTE - A PROFISSÃO DA FÉ

### SEGUNDA SECÇÃO

#### *Parágrafos 6 e 7 do Capítulo Primeiro*

#### (§ 355 - § 421)

---

### ARTIGO 6

#### O SEXTO MANDAMENTO

«Não cometerás adultério» (*Ex 20, 14*) (82).

«Ouvistes que foi dito: "Não cometerás adultério". Eu, porém, digo-vos: Todo aquele que olhar para uma mulher, desejando-a, já cometeu adultério com ela no seu coração» (*Mt 5, 27-28*).

#### I. «Homem e mulher os criou»...

**2331.** «Deus é amor e vive em Si mesmo um mistério de comunhão pessoal de amor. Ao criar a humanidade do homem e da mulher à sua imagem [...] Deus inscreveu nela a *vocação* para o amor e para a comunhão e, portanto, a capacidade e a responsabilidade correspondentes» (83).

«Deus criou o homem à sua imagem; [...] homem e mulher os criou» (*Gn 1, 27*); «Crescei e multiplicai-vos» (*Gn 1, 28*); «Quando Deus criou o ser humano, fê-lo à semelhança de Deus. Criou-os homem e mulher e abençoou-os; e chamou-lhes «Adão» no dia em que os criou» (*Gn 5, 1-2*).

**2332.** A *sexualidade* afecta todos os aspectos da pessoa humana, na unidade do seu corpo e da sua alma. Diz respeito particularmente à afectividade, à capacidade de amar e de procriar, e, de um modo mais geral, à aptidão para criar laços de comunhão com outrem.

**2333.** Compete a cada um, homem e mulher, reconhecer e aceitar a sua *identidade* sexual. A *diferença* e a *complementaridade* físicas, morais e espirituais orientam-se para os bens do matrimónio e para o progresso da vida familiar. A harmonia do casal e da sociedade depende, em parte, da maneira como são vividos, entre os sexos, a complementaridade, a necessidade mútua e o apoio recíproco.

**2334.** «Ao criar o ser humano homem e mulher, Deus conferiu a dignidade pessoal, de igual modo ao homem e à mulher» (84). «O homem é uma pessoa; e isso na mesma medida para o homem e para a mulher, porque ambos são criados à imagem e semelhança dum Deus pessoal» (85).

**2335.** Cada um dos dois sexos é, com igual dignidade, embora de modo diferente, imagem do poder e da ternura de Deus. *A união do homem e da mulher* no matrimónio é um modo de imitar na carne a generosidade e a fecundidade do Criador: «O homem deixará o seu pai e a sua mãe para se unir à sua mulher; e os dois serão uma só carne» (*Gn 2, 24*). Desta união procedem todas as gerações humanas (86).

**2336.** Jesus veio restaurar a criação na pureza das suas origens. No sermão da montanha, interpreta de modo rigoroso o desígnio de Deus:

«Ouvistes que foi dito: "Não cometerás adultério". Eu, porém, digo-vos: Todo aquele que olhar para uma mulher, desejando-a, já cometeu adultério com ela no seu coração» (*Mt 5, 27-28*). Não separe o homem o que Deus uniu (87).

A Tradição da Igreja entendeu o sexto mandamento como englobando o conjunto da sexualidade humana.

## **II. A vocação à castidade**

**2337.** A castidade significa a integração conseguida da sexualidade na pessoa, e daí a unidade interior do homem no seu ser corporal e espiritual. A sexualidade, na qual se exprime a pertença do homem ao mundo corporal e biológico, torna-se pessoal e verdadeiramente

humana quando integrada na relação de pessoa a pessoa, no dom mútuo total e temporalmente ilimitado, do homem e da mulher.

A virtude da castidade engloba, portanto, a integridade da pessoa e a integralidade da doação.

#### A INTEGRIDADE DA PESSOA

**2338.** A pessoa casta mantém a integridade das forças de vida e de amor em si depositadas. Esta integridade garante a unidade da pessoa e opõe-se a qualquer comportamento susceptível de a ofender. Não tolera nem a duplicidade da vida, nem a da linguagem (88).

**2339.** A castidade implica uma *aprendizagem do domínio de si*, que é uma pedagogia da liberdade humana. A alternativa é clara: ou o homem comanda as suas paixões e alcança a paz, ou se deixa dominar por elas e torna-se infeliz (89). «A dignidade do homem exige que ele proceda segundo uma opção consciente e livre, isto é, movido e determinado por uma convicção pessoal e não sob a pressão de um cego impulso interior ou da mera coacção externa. O homem atinge esta dignidade quando, libertando-se de toda a escravidão das paixões, prossegue o seu fim na livre escolha do bem e se procura de modo eficaz e com diligente iniciativa os meios adequados» (90).

**2340.** Aquele que quiser permanecer fiel às promessas do seu Baptismo e resistir às tentações, terá o cuidado de procurar os *meios*: o conhecimento de si, a prática duma ascese adaptada às situações em que se encontra, a obediência aos mandamentos divinos, a prática das virtudes morais e a fidelidade à oração. «A continência, na verdade, recolhe-nos e reconduz-nos àquela unidade que tínhamos perdido, dispersando-nos na multiplicidade» (91).

**2341.** A virtude da castidade gira na órbita da virtude cardinal da *temperança*, a qual visa impregnar de razão as paixões e os apetites da sensibilidade humana.

**2342.** O domínio de si é uma *obra de grande fôlego*. Nunca poderá considerar-se total e definitivamente adquirido. Implica um esforço constantemente retomado, em todas as idades da vida (92); mas o esforço requerido pode ser mais intenso em certas épocas, como quando se forma a personalidade, durante a infância e a adolescência.

**2343.** A castidade conhece *leis de crescimento* e passa por fases marcadas pela imperfeição, muitas vezes até pelo pecado. O homem virtuoso e casto «constrói-se dia a dia com as suas numerosas decisões livres. Por isso, conhece, ama e cumpre o bem moral segundo fases de crescimento» (93).

**2344.** A castidade representa uma tarefa eminentemente pessoal; implica também um *esforço cultural*, porque existe «interdependência entre o desenvolvimento da pessoa e o da própria sociedade» (94). A castidade pressupõe o respeito pelos direitos da pessoa, particularmente o de receber uma informação e educação que respeitem as dimensões morais e espirituais da vida humana.

**2345.** A castidade é uma virtude moral. Mas é também um dom de Deus, uma *graça*, um fruto do trabalho espiritual (95). O Espírito Santo concede a graça de imitar a pureza de Cristo (96) àquele que regenerou pela água do Baptismo.

#### A INTEGRALIDADE DO DOM DE SI

**2346.** A caridade é a forma de todas as virtudes. Sob a sua influência, a castidade aparece como uma escola de doação da pessoa. O domínio de si ordena-se para o dom de si. A castidade leva quem a pratica a tornar-se, junto do próximo, testemunha da fidelidade e da ternura de Deus.

**2347.** A virtude da castidade expande-se na *amizade*. Indica ao discípulo o modo de seguir e imitar Aquele que nos escolheu como seus próprios amigos (97), que Se deu totalmente a nós e nos faz participar da sua condição divina. A castidade é promessa de imortalidade.

A castidade exprime-se especialmente na *amizade para com o próximo*. Desenvolvida entre pessoas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, a amizade representa um grande bem para todos. Conduz à comunhão espiritual.

#### OS DIVERSOS REGIMES DA CASTIDADE

**2348.** Todo o baptizado é chamado à castidade. O cristão «revestiu-se de Cristo» (98), modelo de toda a castidade. Todos os fiéis de Cristo são chamados a levar uma vida casta, segundo o

seu estado de vida particular. No momento do seu Baptismo, o cristão comprometeu-se a orientar a sua afectividade na castidade.

**2349.** «A castidade deve qualificar as pessoas segundo os seus diferentes estados de vida: uns, na virgindade ou celibato consagrado, forma eminente de se entregarem mais facilmente a Deus com um coração indiviso: outros, do modo que a lei moral para todos determina, e conforme são casados ou solteiros» (99). As pessoas casadas são chamadas a viver a castidade conjugal; as outras praticam a castidade na continência:

«Existem três formas da virtude da castidade: uma, das esposas: outra, das viúvas; a terceira, da virgindade. Não louvamos uma com exclusão das outras. [...] É nisso que a disciplina da Igreja é rica» (100).

**2350.** Os *noivos* são chamados a viver a castidade na continência. Eles farão, neste tempo de prova, a descoberta do respeito mútuo, a aprendizagem da fidelidade e da esperança de se receberem um ao outro de Deus. Reservarão para o tempo do matrimónio as manifestações de ternura específicas do amor conjugal. Ajudar-se-ão mutuamente a crescer na castidade.

#### AS OFENSAS À CASTIDADE

**2351.** A *luxúria* é um desejo desordenado ou um gozo desregrado de prazer venéreo. O prazer sexual é moralmente desordenado quando procurado por si mesmo, isolado das finalidades da procriação e da união.

**2352.** Por *masturbação* entende-se a excitação voluntária dos órgão genitais, para daí retirar um prazer venéreo. «Na linha duma tradição constante, tanto o Magistério da Igreja como o sentido moral dos fiéis têm afirmado sem hesitação que a masturbação é um acto intrínseca e gravemente desordenado». «Seja qual for o motivo, o uso deliberado da faculdade sexual fora das normais relações conjugais contradiz a finalidade da mesma». O prazer sexual é ali procurado fora da «relação sexual requerida pela ordem moral, que é aquela que realiza, no contexto dum amor verdadeiro, o sentido integral da doação mútua e da procriação humana» (101).

Para formar um juízo justo sobre a responsabilidade moral dos sujeitos, e para orientar a acção pastoral, deverá ter-se em conta a imaturidade afectiva, a força de hábitos contraídos, o estado de angústia e outros factores psíquicos ou sociais que podem atenuar, ou até reduzir ao mínimo, a culpabilidade moral.

**2353.** A *fornicação* é a união carnal fora do matrimónio entre um homem e uma mulher livres. É gravemente contrária à dignidade das pessoas e da sexualidade humana, naturalmente ordenada para o bem dos esposos, assim como para a geração e educação dos filhos. Além disso, é um escândalo grave, quando há corrupção dos jovens.

**2354.** A *pornografia* consiste em retirar os actos sexuais, reais ou simulados, da intimidade dos parceiros, para os exhibir a terceiros pessoas, de modo deliberado. Ofende a castidade, porque desnatura o acto conjugal, doação íntima dos esposos um ao outro. É um grave atentado contra a dignidade das pessoas intervenientes (actores, comerciantes, público), uma vez que cada um se torna para o outro objecto dum prazer vulgar e dum lucro ilícito. E faz mergulhar uns e outros na ilusão dum mundo fictício. É pecado grave. As autoridades civis devem impedir a produção e a distribuição de material pornográfico.

**2355.** A *prostituição* é um atentado contra a dignidade da pessoa que se prostitui, reduzida ao prazer venéreo que dela se tira. Quem paga, peca gravemente contra si mesmo: quebra a castidade a que o obriga o seu Baptismo e mancha o seu corpo, que é templo do Espírito Santo (102). A prostituição constitui um flagelo social. Envolve habitualmente mulheres, mas também homens, crianças ou adolescentes (nestes dois últimos casos, o pecado duplica com o escândalo). É sempre gravemente pecaminoso entregar-se à prostituição; mas a miséria, a chantagem e a pressão social podem atenuar a imputabilidade do pecado.

**2356.** A *violação* designa a entrada na intimidade sexual duma pessoa à força, com violência. É um atentado contra a justiça e a caridade. A violação ofende profundamente o direito de cada um ao respeito, à liberdade e à integridade física e moral. Causa um prejuízo grave, que pode marcar a vítima para toda a vida. É sempre um acto intrinsecamente mau. É mais grave ainda,

se cometido por parentes próximos (incesto) ou por educadores contra crianças a eles confiadas.

## CASTIDADE E HOMOSSEXUALIDADE

**2357** A homossexualidade designa as relações entre homens ou mulheres, que experimentam uma atracção sexual exclusiva ou predominante para pessoas do mesmo sexo. Tem-se revestido de formas muito variadas, através dos séculos e das culturas. A sua génese psíquica continua em grande parte por explicar. Apoiando-se na Sagrada Escritura, que os apresenta como depravações graves (103) a Tradição sempre declarou que «os actos de homossexualidade são intrinsecamente desordenados» (104). São contrários à lei natural, fecham o acto sexual ao dom da vida, não procedem duma verdadeira complementaridade afectiva sexual, não podem, em caso algum, ser aprovados.

**2358.** Um número considerável de homens e de mulheres apresenta tendências homossexuais profundamente radicadas. Esta propensão, objectivamente desordenada, constitui, para a maior parte deles, uma provação. Devem ser acolhidos com respeito, compaixão e delicadeza. Evitar-se-á, em relação a eles, qualquer sinal de discriminação injusta. Estas pessoas são chamadas a realizar na sua vida a vontade de Deus e, se forem cristãs, a unir ao sacrifício da cruz do Senhor as dificuldades que podem encontrar devido à sua condição.

**2359.** As pessoas homossexuais são chamadas à castidade. Pelas virtudes do autodomínio, educadoras da liberdade interior, e, às vezes, pelo apoio duma amizade desinteressada, pela oração e pela graça sacramental, podem e devem aproximar-se, gradual e resolutamente, da perfeição cristã.

### III. O amor dos esposos

**2360.** A sexualidade ordena-se para o amor conjugal do homem e da mulher. No matrimónio, a intimidade corporal dos esposos torna-se sinal e penhor de comunhão espiritual. Entre os baptizados, os laços do matrimónio são santificados pelo sacramento.

**2361.** «A sexualidade, mediante a qual o homem e a mulher se dão um ao outro com os actos próprios e exclusivos dos esposos, não é algo de puramente biológico, mas diz respeito à pessoa humana como tal, no que ela tem de mais íntimo. Esta só se realiza de maneira verdadeiramente humana se for parte integrante do amor com o qual homem e mulher se comprometem totalmente um para com o outro até à morte» (105).

«Tobias ergueu-se do leito e disse [...] [a Sara]: "Irmã, levanta-te; vamos orar ao Senhor e pedir-lhe que nos conceda a sua misericórdia e salvação". Levantaram-se ambos e puseram-se a orar e a implorar que lhes fosse enviada a salvação, dizendo: "Bendito sejas, Deus dos nossos pais [...]. Tu criaste Adão e deste-lhe Eva, sua esposa, como amparo valioso, e de ambos procedeu o género humano. Com efeito, disseste: 'Não é bom que o homem esteja só; façamos-lhe uma auxiliar semelhante a ele'. Agora, Senhor, Tu bem sabes que não é por luxúria que agora tomo por esposa esta minha irmã, mas é com intenção pura. Permite, pois, que eu e ela encontremos misericórdia e cheguemos juntos à velhice» (*Tb* 8, 4-9).

**2362.** «Os actos pelos quais os esposos se unem íntima e castamente são honestos e dignos; realizados de modo autenticamente humano, exprimem e alimentam a mútua entrega pela qual se enriquecem um ao outro com alegria e gratidão» (106). A sexualidade é fonte de alegria e de prazer:

«Foi o próprio Criador Quem [...] estabeleceu que, nesta função [da geração], os esposos experimentassem prazer e satisfação do corpo e do espírito. Portanto, os esposos não fazem nada de mal ao procurar este prazer e gozar dele. Aceitam o que o Criador lhes destinou. No entanto, devem saber manter-se dentro dos limites duma justa moderação» (107).

**2363.** Pela união dos esposos realiza-se o duplo fim do matrimónio: o bem dos próprios esposos e a transmissão da vida. Não podem separar-se estes dois significados ou valores do matrimónio sem alterar a vida espiritual do casal nem comprometer os bens do matrimónio e o futuro da família.

O amor conjugal do homem e da mulher está, assim, colocado sob a dupla exigência da fidelidade e da fecundidade.

#### A FIDELIDADE CONJUGAL

**2364.** Ambos os esposos constituem «uma íntima comunidade de vida e de amor, fundada pelo Criador e por Ele dotada de leis próprias». Esta comunidade «é instaurada pela aliança conjugal, ou seja, por um irrevogável consentimento pessoal» (108). Os dois entregam-se, definitiva e totalmente, um ao outro. Doravante, já não são dois, mas uma só carne. A aliança livremente contraída pelos esposos impõe-lhes a obrigação de a manter una e indissolúvel (109). «O que Deus uniu, não o separe o homem»(Mc 10, 9) (110).

**2365.** A fidelidade exprime a constância em manter a palavra dada. Deus é fiel. O sacramento do matrimónio introduz o homem e a mulher na fidelidade de Cristo à sua Igreja. Pela castidade conjugal, eles dão testemunho deste mistério perante o mundo.

São João Crisóstomo sugere aos jovens casados que façam este discurso às suas esposas: «Tomei-te nos meus braços, amo-te e prefiro-te à minha própria vida. Porque a vida presente não é nada e o meu sonho mais ardente é passá-la contigo, de tal maneira que tenhamos a certeza de não ser separados naquela que nos está reservada [...]. Eu ponho o teu amor acima de tudo, e nada me seria mais penoso do que não ter os mesmos pensamentos que tu» (111).

#### A FECUNDIDADE DO MATRIMÓNIO

**2366.** A fecundidade é um dom, uma *finalidade do matrimónio*, porque o amor conjugal tende naturalmente a ser fecundo. O filho não vem de fora juntar-se ao amor mútuo dos esposos; surge no próprio coração deste dom mútuo, do qual é fruto e complemento. Por isso, a Igreja, que «toma partido pela vida» (112), ensina que «*todo o acto matrimonial* deve, por si estar aberto à transmissão da vida» (113). «Esta doutrina, muitas vezes exposta pelo Magistério, funda-se sobre o nexu indissolúvel estabelecido por Deus e que o homem não pode quebrar por sua iniciativa, entre os dois significados inerentes ao acto conjugal: união e procriação» (114).

**2367.** Chamados a dar a vida, os esposos participam do poder criador e da paternidade de Deus (115). «No dever de transmitir e educar a vida humana – dever que deve ser considerado como a sua missão própria – saibam os esposos que são cooperadores do amor de Deus e como que os seus intérpretes. Cumprirão, pois, esta missão, com responsabilidade humana e cristã» (116).

**2368.** Um aspecto particular desta responsabilidade diz respeito à *regulação da procriação*. Os esposos podem querer espaçar o nascimento dos seus filhos por razões justificadas (117). Devem, porém, verificar se tal desejo não procede do egoísmo, e se está de acordo com a justa generosidade duma paternidade responsável. Além disso, regularão o seu comportamento segundo os critérios objectivos da moralidade:

«Quando se trata de conciliar o amor conjugal com a transmissão responsável da vida, a moralidade do comportamento não depende apenas da sinceridade da intenção e da apreciação dos motivos; deve também determinar-se por critérios objectivos, tomados da natureza da pessoa e dos seus actos; critérios que respeitem, num contexto de autêntico amor, o sentido da mútua doação e da procriação humana. Tudo isto só é possível, se se cultivar sinceramente a virtude da castidade conjugal» (118).

**2369.** «É salvaguardando estes dois aspectos essenciais, união e procriação, que o acto conjugal conserva integralmente o sentido de mútuo e verdadeiro amor e a sua ordenação para a altíssima vocação do homem para a paternidade» (119).

**2370.** A continência periódica, os métodos de regulação dos nascimentos baseados na auto-observação e no recurso aos períodos infecundos (120), são conformes aos critérios objectivos da moralidade. Estes métodos respeitam o corpo dos esposos, estimulam a ternura entre eles e favorecem a educação duma liberdade autêntica. Em contrapartida, é intrinsecamente má «qualquer acção que, quer em previsão do acto conjugal, quer durante a sua realização, quer no desenrolar das suas consequências naturais, se proponha, como fim ou como meio, tornar impossível a procriação» (121).

«À linguagem que exprime naturalmente a doação recíproca e total dos esposos, a contracepção opõe uma linguagem objectivamente contraditória, segundo a qual já não se trata de se darem totalmente um ao outro. Daí deriva, não somente a recusa positiva da abertura à vida, mas também uma falsificação da verdade interna do amor conjugal, chamado a ser um dom da pessoa toda. [...] Esta diferença antropológica e moral, entre a contracepção e o recurso aos ritmos periódicos, implica dois conceitos de pessoa e de sexualidade humana irredutíveis um ao outro» (122).

**2371.** «Aliás, todos devem ter bem presente que a vida humana e a missão de a transmitir não se limitam aos horizontes deste mundo, nem podem ser medidas ou compreendidas unicamente em função dele, mas estão sempre relacionadas com *o destino eterno do homem*» (123).

**2372.** O Estado é responsável pelo bem-estar dos cidadãos. A tal título, é legítimo que intervenha para orientar o crescimento da população. Pode fazê-lo mediante uma informação objectiva e respeitosa, não porém com imposições autoritárias e obrigatórias. O Estado não pode legitimamente substituir-se à iniciativa dos esposos, primeiros responsáveis pela procriação e educação dos seus filhos (124). Neste domínio, não tem autoridade para intervir com medidas contrárias à lei moral.

## O DOM DO FILHO

**2373.** A Sagrada Escritura e a prática tradicional da Igreja vêem nas *famílias numerosas* um sinal da bênção divina e da generosidade dos pais (125).

**2374.** É grande o sofrimento dos casais que descobrem que são estéreis. «Que me dareis, Senhor Deus?» – pergunta Abraão a Deus. «Vou-me sem filhos...» (*Gn 15, 2*). – «Dá-me filhos ou então morro!» – grita Raquel ao seu marido Jacob (*Gn 30, 1*).

**2375.** As pesquisas que se destinam a reduzir a esterilidade humana devem ser encorajadas, com a condição de serem colocadas «ao serviço da pessoa humana, dos seus direitos

inalienáveis e do seu bem verdadeiro e integral, em conformidade com o projecto e a vontade de Deus» (126).

**2376.** As técnicas que provocam a dissociação dos progenitores pela intervenção duma pessoa estranha ao casal (dádiva de esperma ou ovócito, empréstimo de útero) são gravemente desonestas. Estas técnicas (inseminação e fecundação artificial heteróloga) lesam o direito do filho a nascer dum pai e duma mãe seus conhecidos e unidos entre si pelo casamento. E atraíam «o direito exclusivo a não serem nem pai nem mãe senão um pelo outro» (127).

**2377.** Praticadas no seio do casal, estas técnicas (inseminação e fecundação artificial homóloga) são talvez menos prejudiciais, mas continuam moralmente inaceitáveis. Dissociam o acto sexual do acto procriador. O acto fundador da existência do filho deixa de ser um acto pelo qual duas pessoas se dão uma à outra, e «remete a vida e a identidade do embrião para o poder dos médicos e biólogos. Instaurando o domínio da técnica sobre a origem e destino da pessoa humana. Tal relação de domínio é, de si, contrária à dignidade e à igualdade que devem ser comuns aos pais e aos filhos» (128). «A procriação é moralmente privada da sua perfeição própria, quando não é querida como fruto do acto conjugal, isto é, do gesto específico da união dos esposos. [...] Só o respeito pelo laço que existe entre os significados do acto conjugal e o respeito pela unidade do ser humano permite uma procriação conforme à dignidade da pessoa» (129).

**2378.** O filho não é uma *dívida*, é uma *dádiva*. O «dom mais excelente do matrimónio» é uma pessoa humana. O filho não pode ser considerado como objecto de propriedade, conclusão a que levaria o reconhecimento dum pretense «direito ao filho». Neste domínio, só o filho é que possui verdadeiros direitos: o de «ser fruto do acto específico do amor conjugal dos seus pais, e também o de ser respeitado como pessoa desde o momento da sua concepção» (130).

**2379.** O Evangelho mostra que a esterilidade física não é um mal absoluto. Os esposos que, depois de esgotados os recursos médicos legítimos, sofrem de infertilidade, associar-se-ão à cruz do Senhor, fonte de toda a fecundidade espiritual. Podem mostrar a sua generosidade adoptando crianças abandonadas ou realizando serviços significativos em favor do próximo.

#### IV. As ofensas à dignidade do matrimónio

**2380.** O *adultério*. É o termo que designa a infidelidade conjugal. Quando dois parceiros, dos quais pelo menos um é casado, estabelecem entre si uma relação sexual, mesmo efémera, cometem adultério. Cristo condena o adultério, mesmo de simples desejo (131). O sexto mandamento e o Novo Testamento proíbem absolutamente o adultério (132). Os profetas denunciam-lhe a gravidade. E vêem no adultério a figura do pecado da idolatria (133).

**2381.** O adultério é uma injustiça. Aquele que o comete, falta aos seus compromissos. Viola o sinal da Aliança, que é o vínculo matrimonial, lesa o direito do outro cônjuge e atenta contra a instituição do matrimónio, violando o contrato em que assenta. Compromete o bem da geração humana e dos filhos que têm necessidade da união estável dos pais.

#### O DIVÓRCIO

**2382.** O Senhor Jesus insistiu na intenção original do Criador, que queria um matrimónio indissolúvel (134). E abrogou as tolerâncias que se tinham infiltrado na antiga Lei (135).

Entre baptizados, «o matrimónio rato e consumado não pode ser dissolvido por nenhum poder humano, nem por nenhuma causa, além da morte» (136).

**2383.** A *separação* dos esposos, permanecendo o vínculo matrimonial, pode ser legítima em certos casos previstos pelo direito canónico (137).

Se o divórcio civil for a única maneira possível de garantir certos direitos legítimos, tais como o cuidado dos filhos ou a defesa do património, pode ser tolerado sem constituir falta moral.

**2384.** O *divórcio* é uma ofensa grave à lei natural. Pretende romper o contrato livremente aceite pelos esposos de viverem um com o outro até à morte. O divórcio é uma injúria contra a aliança da salvação, de que o matrimónio sacramental é sinal. O facto de se contrair nova união, embora reconhecida pela lei civil, aumenta a gravidade da ruptura: o cônjuge casado outra vez encontra-se numa situação de adultério público e permanente:

«Não é lícito ao homem, despedida a esposa, casar com outra; nem é legítimo que outro tome como esposa a que foi repudiada pelo marido»(138).

**2385.** O carácter imoral do divórcio advém-lhe também da desordem que introduz na célula familiar e na sociedade. Esta desordem traz consigo prejuízos graves: para o cônjuge que fica abandonado; para os filhos, traumatizados pela separação dos pais e, muitas vezes, objecto de contenda entre eles; e pelo seu efeito de contágio, que faz dele uma verdadeira praga social.

**2386.** Pode acontecer que um dos cônjuges seja a vítima inocente do divórcio declarado pela lei civil; esse, então, não viola o preceito moral. Há uma grande diferença entre o cônjuge que sinceramente se esforçou por ser fiel ao sacramento do matrimónio e se vê injustamente abandonado, e aquele que, por uma falta grave da sua parte, destrói um matrimónio canonicamente válido (139).

#### OUTRAS OFENSAS À DIGNIDADE DO MATRIMÓNIO

**2387.** É compreensível o drama daquele que, desejoso de se converter ao Evangelho, se vê obrigado a repudiar uma ou mais mulheres com quem partilhou anos de vida conjugal. Contudo, a *poligamia* não está de acordo com a lei moral. «Opõe-se radicalmente à comunhão conjugal: porque nega, de modo directo, o desígnio de Deus, tal como nos foi revelado no princípio e é contrária à igual dignidade pessoal da mulher e do homem, os quais, no matrimónio, se dão um ao outro num amor total que, por isso mesmo, é único e exclusivo»(140). O cristão que anteriormente foi polígamo é gravemente obrigado, por justiça, a honrar as obrigações contraídas para com as suas antigas mulheres e respectivos filhos.

**2388.** O *incesto* designa relações íntimas entre parentes ou afins, num grau que proíbe o matrimónio entre eles (141). São Paulo estigmatiza esta falta particularmente grave: «É voz corrente que existe entre vós um caso de imoralidade [...] ao ponto de certo homem viver com a mulher de seu pai! [...] Em nome do Senhor Jesus [...], que esse homem seja entregue a Satanás [...] para ruína do seu corpo» (1 Cor 5, 1. 4-5). O incesto corrompe as relações familiares e representa uma regressão à animalidade.

**2389.** Podem relacionar-se com o incesto os abusos sexuais cometidos por adultos em relação a crianças ou adolescentes confiados à sua guarda. Nesse caso a culpa é dupla por se tratar dum escandaloso atentado contra a integridade física e moral dos jovens, que assim ficarão marcados para toda a sua vida e duma violação da responsabilidade educativa.

**2390.** Há *união livre* quando homem e mulher recusam dar forma jurídica e pública a uma ligação que implica intimidade sexual.

A expressão é falaciosa: que pode significar uma união em que as pessoas não se comprometem uma para com a outra, testemunhando assim uma falta de confiança na outra, em si mesmas, ou no futuro?

A expressão tenta camuflar situações diferentes: concubinato, recusado matrimónio como tal, incapacidade de se ligar por compromissos a longo prazo (142). Todas estas situações ofendem a dignidade do matrimónio; destroem a própria ideia de família; enfraquecem o sentido da fidelidade. São contrárias à lei moral: o acto sexual deve ter lugar exclusivamente no matrimónio; fora dele constitui sempre um pecado grave e exclui da comunhão sacramental.

**2391.** Hoje em dia, há muitos que reclamam uma espécie de «*direito à experiência*», quando há intenção de contrair matrimónio. Seja qual for a firmeza do propósito daqueles que enveredam por relações sexuais prematuras, «estas não permitem assegurar que a sinceridade e a fidelidade da relação interpessoal dum homem e duma mulher fiquem a salvo nem, sobretudo, que esta relação fique protegida de volubilidade dos desejos e dos caprichos»(143). A união carnal só é legítima quando se tiver instaurado uma definitiva comunidade de vida entre o homem e a mulher. O amor humano não tolera o «ensaio». Exige o dom total e definitivo das pessoas entre si (144).

**Resumindo:**

**2392.** «*O amor é a vocação fundamental e inata de todo o ser humano*» (145).

**2393.** *Ao criar o ser humano homem e mulher, Deus conferiu a dignidade pessoal, de igual modo, a um e a outra. Compete a cada um, homem e mulher, reconhecer e aceitar a sua identidade sexual.*

**2394.** *Cristo é o modelo da castidade. Todo o baptizado é chamado a levar uma vida casta, cada um segundo o seu próprio estado de vida.*

**2395.** *A castidade significa a integração da sexualidade na pessoa. Implica a aprendizagem do autodomínio.*

**2396.** *Entre os pecados gravemente contrários à castidade, devem citar-se: a masturbação, a fornicação, a pornografia e as práticas homossexuais.*

**2397.** *A aliança livremente contraída pelos esposos implica um amor fiel. Ele impõe-lhes a obrigação de guardar indissolúvel o seu matrimónio.*

**2398.** *A fecundidade é um bem, um dom, uma finalidade do matrimónio. Dando a vida, os esposos participam da paternidade de Deus.*

**2399.** *A regulação dos nascimentos representa um dos aspectos da paternidade e da maternidade responsáveis. A legitimidade das intenções dos esposos não justifica o recurso a meios moralmente inadmissíveis (por exemplo, a esterilização directa ou a contracepção).*

**2400.** *O adultério e o divórcio, a poligamia e a união livre são ofensas graves à dignidade do matrimónio.*

---

## NOTAS

82. Cf. *Dt* 5, 18.

83. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio*, 11: AAS 74 (1982) 91-92.

84. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio*, 22: AAS 74 (1982) 107: cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 49: AAS 58 (1966) 1070.

85. João Paulo II. Ep. ap. *Mulieris dignitatem*, 6: AAS 80 (1988) 1663.
86. Cf. *Gn* 4, 1-2.25-26; 5,1.
87. Cf. *Mt* 19, 6.
88. Cf. *Mt* 5, 37.
89. Cf. *Sir* 1, 22.
90. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 17: AAS 58 (1966) 1037-1038.
91. Santo Agostinho, *Confissões*, 10, 29, 40: CCL 27, 176 (PL 32. 796).
92. Cf. *Tt* 2, 1-6.
93. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio*, 34: AAS 74 (1982) 123.
94. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 25: AAS 58 (1966) 1045.
95. Cf. *Gl* 5. 22-23.
96. Cf. *1 Jo* 3, 3.
97. Cf. *Jo* 15, 15.
98. Cf. *Gl* 3, 27.
99. Congregação da Doutrina da Fé, Decl. *Persona humana*, 11: AAS 68 (1976) 90-91.
100. Santo Ambrósio, *De viduis* 23: *Sancti Ambrosii Episcopi Mediolanensis opera*, v. 14/1 (Milano-Roma 1989), p. 266 (PL 16, 241-242).
101. Congregação da Doutrina da Fé, Decl. *Persona humana*, 9: AAS 68 (1976) 86.
102. Cf. *1 Cor* 6, 15-20.
103. Cf. *Gn* 19, 1-29; *Rm* 1, 24-27; *1 Cor* 6, 9-10; *1 Tm* 1, 10.
104. Congregação da Doutrina da Fé, Decl. *Persona humana*, 8: AAS 68 (1976) 95.
105. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio*, 11: AAS 74 (1982) 92.
106. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 49: AAS 58 (1966) 1070.
107. Pio XII, *Alocução aos participantes no Congresso da União Católica Italiana de Obstetras* (29 de Outubro de 1951): AAS 43 (1951) 851.
108. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 48: AAS 58 (1966) 1067.
109. Cf. CIC can. 1056.
110. Cf. *Mt* 19, 1-12; *1 Cor* 7, 10-11.
111. São João Crisóstomo, *In epistulam ad Ephesios*, homilia 20, 8: PG 62, 146-147.

112. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio*, 30: AAS 74 (1982) 116.
113. Paulo VI, Enc. *Humanae vitae*, 11: AAS 60 (1968) 488.
114. Paulo VI, Enc. *Humanae vitae*, 12: AAS 60 (1968) 488; cf. Pio XI, Enc. *Casti connubii*: DS 3717.
115. Cf. *Ef* 3, 14-15; *Mt* 23, 9.
116. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 50: AAS 58 (1966) 1071.
117. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 50: AAS 58 (1966) 1071.
118. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 51: AAS 58 (1966) 1072.
119. Paulo VI, Enc. *Humanae vitae*, 12: AAS 60 (1968) 489.
120. Cf. Paulo VI, Enc. *Humanae vitae*, 16: AAS 60 (1968) 491-492.
121. Paulo VI, Enc. *Humanae vitae*, 14: AAS 60 (1968) 490.
122. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio*, 32: AAS 74 (1982) 119-120.
123. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 51: AAS 58 (1966) 1073.
124. Cf. Paulo VI, Enc. *Populorum progressio*, 37: AAS 59 (1967) 275-276; Id., Enc. *Humanae vitae*, 23: AAS 60 (1968) 497-498.
125. Cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 50: AAS 58 (1966) 1071.
126. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. *Donum vitae*, Introductio, 2: AAS 80 (1988) 73.
127. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. *Donum vitae*, 2, 1: AAS 80 (1988) 87.
128. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. *Donum vitae*, 2, 5: AAS 80 (1988) 93.
129. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. *Donum vitae*, 2, 4: AAS 80 (1988) 91.
130. Congregação da Doutrina da Fé, Instr. *Donum vitae*, 2, 8: AAS 80 (1988) 97.
131. Cf. *Mt* 5, 27-28.
132. Cf. *Mt* 5, 32; 19, 6; *Mc* 10, 11-12; *1 Cor* 6, 9-10.
133. Cf. *Os* 2, 7; *Jr* 5, 7; 13, 27.
134. Cf. *Mt* 5, 31-32; 19, 3-9; *Mc* 10, 9; *Lc* 16, 18; *1 Cor* 7, 10-11.
135. Cf. *Mt* 19, 7-9.
136. CIC can. 1141.
137. Cf. CIC can. 1151-1155.
138. São Basílio Magno, *Moralia*, regra 73: PG 31, 852.

139. Cf. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio*, 84: AAS 74 (1982) 185.
140. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio*, 19: AAS 74 (1982) 102; cf. II Concílio do Vaticano, Const. past. *Gaudium et spes*, 47: AAS 58 (1966) 1067.
141. Cf. *Lv* 18, 7-20.
142. Cf. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio*, 81: AAS 74 (1982) 181-182.
143. Congregação da Doutrina da Fé, Decl. *Persona humana*, 7: AAS 68 (1976) 82.
144. Cf. João Paulo II, Ex. ap. *Familiaris consortio*, 80: AAS 74 (1982) 180-181.
145. João Paulo II, Ex. ap. *Familiars consortio*, 11: AAS 74 (1982) 92.